

O JONGO E AS MEMÓRIAS DOS JONGUEIROS DO TAMANDARÉ

Eduardo Alentejo

Estudamos os jongueiros do Tamandaré balizados pelos conceitos em Memória Social e Coletiva, Culturas Subalternas, Patrimônio Cultural Imaterial e relações de poder. Os estudos de manifestações culturais populares costumam enfatizar suas proposições em termos musicais e sociais sob perspectivas integradoras à uma cultura genuinamente nacional envolvendo sentidos ideológicos, tais como: memória e identidade nacionais. Surgem disso, sentidos que procuram integrar e valorizar determinadas manifestações culturais, tais como: folclore, patrimônio cultural, identidade brasileira, memória etc., pelo plano da conservação, congelamento e do controle. Nesse cenário, o homem subalterno é visto como puro, rude e bucólico. Temos a percepção de que ele “pouco atua” nas relações sociais que implicam em embates, disputas e negociações do uso das criações culturais que esse homem produz. A memória é colocada em segundo plano como sendo um objeto que deve ser preservado através de políticas públicas de conservação cultural. Assim, a memória é limitada a reprodução no espaço e no tempo, intocável e por isso, controlada. Pensamos em memórias de comunidades subalternas como fenômeno social em permanente construção em função de embates gerados pelas relações sociais que engendram mecanismos de controle do poder e possibilidade de uso aos quais todos os agentes sociais envolvidos nessas relações de disputa por memórias. Nossas preocupações nos permitem articular culturas subalternas com Memória Social. Isso porque ambas têm a capacidade de serem ampliadas coletivamente através de laços emocionais. Na ampliação emocional, estendida a todo o grupo, determinada mobilização social é desenvolvida, em função dos embates sociais, engendrando estratégias que garantam a permanência, sob todos os aspectos, do grupo. Pensamos memória sob duas perspectivas. A memória coletiva de determinada comunidade está estruturada em laços afetivos e vínculos emocionais dentro da comunidade. Essa memória é, permanentemente, submetida a embates sociais. Nesse sentido, é necessário perceber que a dinâmica da memória envolve ações que procurem garantir sua permanência em função do uso que pode ser feito dela. Tais artifícios constituem as inúmeras possibilidades estratégicas que determinam os modos de resistência ao poder e saber dominantes. Pensamos estratégias de resistência como sendo esforços emanados das comunidades populares em resposta a ações, de mesma lógica, de todos os setores da sociedade visando potencializar o poder de negociação durante os embates sociais, e com isso, produzindo efeitos de garantia da permanência da manifestação cultural e sua adequação aos tipos de usos segundo necessidades específicas dos grupos envolvidos. Essas relações são ambivalentes e não exercidas de modo a cultura popular ser o agente oprimido dessas relações. Ao contrário, as comunidades praticantes de culturas subalternas têm a capacidade de relacionar-se com poder de negociação dentro dos embates. Lançam mão de estratégias organizadas objetivando a sobrevivência do grupo, usando, convenientemente, os produtos disponíveis e oficializados pelo saber formal e institucional. Essa função de sobrevivência implica nessa capacidade de exercer o controle de sua permanência.